



A INTERPRETAÇÃO DA HERANÇA DA FÉ

84-100

I. INTRODUÇÃO

Nosso estudo se volta agora para os temas ligados à interpretação da Revelação: o depósito da fé, o magistério, os dogmas, o senso da fé. Na tentativa de chamar a sua atenção para a importância e atualidade do tema da interpretação da herança de fé, propomos a leitura do artigo a seguir.

O PAPA E O FAUSTÃO

CARLOS HEITOR CONY

Folha de S. Paulo de sábado, 30 de agosto de 1997, p. 1

Rio de Janeiro - Há quase 20 anos, o papa vem sendo acusado de retrógrado, conservador e cabeça dura. Mesmo sem procuração para defendê-lo, considero essas restrições como resultado da ignorância do que seja um papa. Ele não é um animador de auditório que depois de cada atração pergunta ao público quem vai para o trono.

Para liderar uma igreja que atravessa 20 séculos de história e se considera depositária de uma verdade religiosa e moral, o papa não pensa por si nem pode agir de acordo com as verdades provisórias da sociedade.

Quando é eleito, ele se obriga a defender uma verdade. Uma verdade que não pode ser colocada periodicamente em leilão para saber qual a mais mercadológica, a mais moderna, a que dá mais ibope. Se tudo der errado, ele deve voltar às catacumbas, como os primeiros papas, para continuar professando a fé pela qual está disposto a sacrificar a vida (os primeiros 50 papas foram assassinados pelos imperadores romanos).

Fé e história não se misturam. Por definição, a primeira é imutável, a segunda dinâmica. Evidente que nem toda fé é verdadeira e nem todos os estágios da história são moralmente defensáveis e cientificamente corretos.

O papa é o guardião de uma fé que alguns milhões de seres humanos, ao longo de 20 séculos, consideraram e consideram verdadeira. Ele não pode trair esse patrimônio, por mais antipático e atrasado que seja ou pareça.

Há uma diferença fundamental entre um papa e o Faustão, por exemplo. O papa não pode oferecer dois números de telefone para o “sim” ou o “não”. Disque tal número se concorda, disque esse outro se discorda. O placar decidirá a questão.

Se a religião da qual é o líder e guardião está perdendo adeptos, o problema é dos adeptos, não dele. Se ficar sozinho, aí sim, o problema será dele.

Mas a religião que professa começou exatamente assim: como uma voz clamando no deserto.

Como você pôde notar o texto acima não tem a pretensão de ser teológico ou catequético, mas isso não significa dizer que ele não toque em temas estreitamente relacionados com os que estamos estudando. Para se dar conta disso, releia o artigo de Cony e depois estude os parágrafos 80-100 do catecismo com as seguintes perguntas.

1. O autor diz: “O papa é o guardião de uma fé que alguns milhões de seres humanos, ao longo de 20 séculos, consideraram e consideram verdadeira. Ele não pode trair esse patrimônio, por mais antipático e atrasado que seja ou pareça”. Que patrimônio é esse? Que termo teológico se usa para designar esse patrimônio? Por que ele não pode ser traído? É possível algum tipo de adaptação, mudança ou reforma nesse patrimônio que não implique necessariamente numa traição?
2. O autor afirma: “Fé e história não se misturam. Por definição, a primeira é imutável, a segunda dinâmica. Evidente que nem toda fé é verdadeira e nem todos os estágios da história são moralmente defensáveis e cientificamente corretos”. Explique: como o autor entende a relação entre fé e história? Você concorda com ele? Por quê?
3. Como o autor entende o papel do Papa? Que tipo de função tem o papa? Você concorda com o autor? Por quê?
4. No texto encontramos a seguinte afirmação: “Há uma diferença fundamental entre um papa e o Faustão, por exemplo. O papa não pode oferecer dois números de telefone para o “sim” ou o “não”. Disque tal número se concorda, disque esse outro se discorda. O placar decidirá a questão”. Pelo que foi dito, a Igreja não recorre ao “placar eletrônico” para decidir sobre questões de fé e de moral. A que recorre a Igreja para saber se está sendo fiel à verdade? A que tipo de teste a Igreja se submete para saber se está sendo fiel ao seu patrimônio de fé e de prática?

II. Texto 80-100



CAPÍTULO SEGUNDO

DEUS VEM AO ENCONTRO DO HOMEM

ARTIGO 2

A TRANSMISSÃO DA REVELAÇÃO DIVINA

III. A interpretação da herança da fé

A HERANÇA DA FÉ CONFIADA À TOTALIDADE DA IGREJA

84. O depósito da fé (cf. 1Tm 6,20; 2Tm 1,12-14) (*depositum fidei*), contido na Tradição sagrada e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos Apóstolos ao conjunto da Igreja. «Apoiando-se nele, todo o povo santo persevera unido aos seus pastores na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e na oração, de tal modo que, na conservação, atuação e profissão da fé transmitida, haja uma especial concordância dos pastores e dos fiéis» (DV 10).



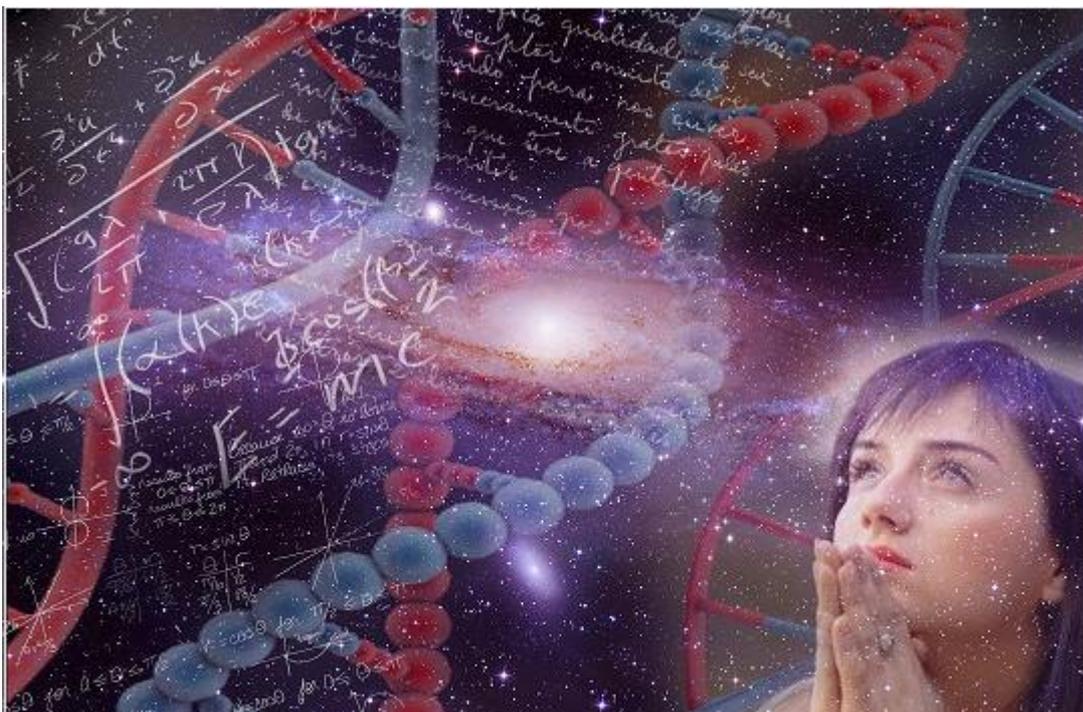
O MAGISTÉRIO DA IGREJA

85. «O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus, escrita ou contida na Tradição, foi confiado só ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade é exercida em

nome de Jesus Cristo (DV 10), isto é, aos bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o bispo de Roma.

86. «Todavia, este Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas sim ao seu serviço, ensinando apenas o que foi transmitido, enquanto, por mandato divino e com a assistência do Espírito Santo, a ouve piamente, a guarda religiosamente e a expõe fielmente, haurindo deste depósito único da fé tudo quanto propõe à fé como divinamente revelado» (DV 10).

87. Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo aos Apóstolos: «Quem vos escuta escuta-me a Mim» (Lc 10,16; cf LG 20), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que os seus pastores lhes dão, sob diferentes formas.



OS DOGMAS DA FÉ

88. O Magistério da Igreja faz pleno uso da autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando propõe, dum modo que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, verdades contidas na Revelação divina ou quando propõe, de modo definitivo, verdades que tenham com elas um nexa necessário.

89. Existe uma ligação orgânica entre a nossa vida espiritual e os dogmas. Os dogmas são luzes no caminho da nossa fé: iluminam-no e tornam-no seguro. Por outro lado, se a nossa vida for reta, a nossa inteligência e nosso coração estarão abertos para acolher a luz dos dogmas da fé (cf. Jo 8,31-32).

90. A interligação e a coerência dos dogmas podem encontrar-se no conjunto da revelação do mistério de Cristo (cf. *Dei Filius*, c. 4: DS 3016). Convém lembrar que «existe uma ordem ou "hierarquia" das verdades da doutrina católica, já que o nexa delas com o fundamento da fé cristã é diferente» (UR 11).

O SENTIDO SOBRENATURAL DA FÉ

91. Todos os fiéis participam na compreensão e na transmissão da verdade revelada. Todos receberam a unção do Espírito Santo que os instrui (cf. 1Jo 2,20.27) e os conduz «à verdade total» (Jo 16,13).

92. «A totalidade dos fiéis [...] não pode enganar-se na fé e manifesta esta sua propriedade peculiar por meio do sentir sobrenatural da fé do povo todo, quando, "desde os bispos até ao último dos fiéis leigos", exprime consenso universal em matéria de fé e costumes» (LG 12).

93. «Com este sentido da fé, que se desperta e sustenta pela ação do Espírito de verdade, o povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério [...] adere indefectivelmente à fé, uma vez por todas confiada aos santos; penetra-a mais profundamente com juízo acertado e aplica-a mais totalmente na vida» (LG 12).

O CRESCIMENTO NA INTELIGÊNCIA DA FÉ

94. Graças à assistência do Espírito Santo, a inteligência das realidades e das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

- «Pela contemplação e pelo estudo dos crentes, que as meditam no seu coração» (DV 8); e particularmente pela «investigação teológica, que aprofunda o conhecimento da verdade revelada» (GS 62).
- «Pela inteligência interior das coisas espirituais que os crentes experimentam» (DV 8); «Divina eloquia cum legente crescunt» – «As palavras divinas crescem com quem as lê» (São Gregório Magno, *Homilia in Ezechielem* 1,7,8: CCL 142,87).
- «Pela pregação daqueles que receberam, com a sucessão episcopal, um carisma certo da verdade» (DV 8).

95. «É claro, portanto, que a sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja, segundo um sapientíssimo desígnio de Deus, estão de tal maneira ligados e conjuntos, que nenhum pode subsistir sem os outros e, todos juntos, cada um a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas» (DV 10).

Resumindo:

96. *O que Cristo confiou aos Apóstolos, estes o transmitiram, pela sua pregação e por escrito, sob a inspiração do Espírito Santo, a todas as gerações, até à vinda gloriosa de Cristo.*

97. *«A sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus» (DV 10), no qual, como num espelho, a Igreja peregrina contempla Deus, fonte de todas as suas riquezas.*

98. *«Na sua doutrina, vida e culto, a Igreja perpetua e transmite a todas as gerações tudo aquilo que ela é, tudo aquilo em que acredita» (DV 8).*

99. *Graças ao sentido sobrenatural da fé, o povo de Deus, no seu todo, não cessa de acolher o dom da Revelação divina, de nele penetrar mais profundamente e de viver dele mais plenamente.*

100. *O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado unicamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos bispos em comunhão com ele.*

III. Revisando temas

O autor diz: “O papa é o guardião de uma fé que alguns milhões de seres humanos, ao longo de 20 séculos, consideraram e consideram verdadeira. Ele não pode trair esse **patrimônio**, por mais antipático e atrasado que seja ou pareça”. Que patrimônio é esse? Por que ele não pode ser traído? É possível algum tipo de adaptação, mudança ou reforma nesse patrimônio que não implique necessariamente numa traição?

Tudo aquilo que Deus revelou definitivamente mediante Cristo para a nossa salvação é considerado como um tesouro confiado à Igreja para que seja por ela guardado, interpretado e proclamado fielmente a todos até os fins dos tempos (1Tm 6,20; 2Tm 1,12.14; cf. DV 10; GS 62). A tal patrimônio confiado por Deus à Igreja dá-se o nome de **Depósito da fé – *depositum fidei***. A sua importância e preciosidade está no fato de ser Palavra de Deus. Por isso o depósito da fé não pode ser traído: isso seria falsificar, deturpar, arruinar, destruir o que foi recebido.

Fidelidade à Palavra de Deus não significa, porém, imobilismo. O artigo afirma que “Fé e história não se misturam. Por definição, a primeira é imutável, a segunda dinâmica”. O autor se esquece, porém que, em sua bondade e condescendência, Deus vem ao encontro do homem e, enviando o Filho que se encarna, fala-lhes como a amigos para convidá-los à comunhão com Ele (cf. DV 2). Na encarnação, fé e história se unem sem se misturar nem se confundir. Mesmo que a Palavra de Deus seja imutável em si mesma, devemos reconhecer que ela é dinâmica na Igreja e nos fiéis.

Por isso, graças à assistência do Espírito Santo, a compreensão das realidades e das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja:

- Pela contemplação e do estudo dos que creem que as meditam em seu coração; é em especial a pesquisa teológica que aprofunda o conhecimento da verdade revelada.
- Pela íntima compreensão que os fiéis desfrutam das coisas espirituais (Divina eloqua cum legente crescunt = as palavras divinas crescem com o leitor);
- Pela pregação do Magistério.

No texto encontramos a seguinte afirmação: “Há uma diferença fundamental entre um papa e o Faustão, por exemplo. O papa não pode oferecer dois números de telefone para o “sim” ou o “não”. Disque tal número se concorda, disque esse outro se discorda. O placar decidirá a questão”. Pelo que foi dito, a Igreja não recorre ao “placar eletrônico” para decidir sobre as questões de fé e de moral. A que recorre a Igreja para saber se está sendo fiel à verdade? A que tipo de teste a Igreja se submete para saber se está sendo fiel ao seu patrimônio de fé e de prática?

O fiel ao crer não quer ser enganado. Se ele entrega sua vida, quer também conhecer a quem e a quem entrega sua vida. A questão dos fundamentos da fé é questão existencial de vida e de morte: trata-se de saber “em quem coloquei minha confiança”. Como podemos distinguir a fé autêntica e genuína da fé distorcida e falsificada?

Pela encarnação do Verbo, fé e história estão unidas sem confusão e sem separação. A fé é também dinâmica porque a Igreja cresce na compreensão e na vivência da Palavra de Deus.

Para que isso seja possível, o “Papa” (e não só ele, também os bispos) não só precisa tomar decisões sobre questões de fé e de moral. Ele deve exercer uma missão contínua e permanente de ensino da Palavra de Deus. O Magistério é o termo técnico usado para indicar esse ensino feito com autoridade. O ofício do magistério consiste em receber devotamente, conservar zelosamente para transmitir integralmente a Palavra de Deus. Tem a tarefa de interpretar autenticamente (ou seja, com a autoridade dada por Cristo e sustentada pelo Espírito Santo) a Palavra de Deus, de tal modo que, ao mesmo tempo em que a transmite a cada geração, procura discernir o que o Espírito Santo sugere hoje à Igreja. Sua tarefa está a serviço da interpretação autêntica e está inserida na comunhão de fé eclesial, guiando os fiéis no diálogo permanente entre tradições recebidas e novas experiências. No magistério, os católicos gozam de um critério claro e visível para manter a fidelidade criativa, ao receberem o que as gerações prévias transmitiram, e tentarem discernir o que o Espírito Santo pode estar dizendo às igrejas agora.

Para discernir a verdadeira fé, o Papa (não só ele; também os bispos) recorre também ao senso sobrenatural da fé (*sensus fidelium*). Dizer que o Papa ensina com autoridade não significa dizer que ele seja a origem da verdadeira fé. Com essa expressão (*sensus fidelium*) se indica certa “consulta espiritual democrática” do consenso da fé e da prática da Igreja toda (desde o Bispo até o “último” dos fiéis), levando-se em conta que o reconhecimento do *sensus fidelium* supõe sempre uma verificação dos frutos visíveis do Espírito Santo. O *sensus fidelium* é um sentido que brota da fé, e diz respeito a tudo o que se refere a esta mesma fé. Tal sentido permite emitir uma espécie de juízo instintivo referente à fé. Não se trata realmente de um instinto, mas sim de um modo peculiar de conhecimento por conaturalidade com as realidades e as formulações da fé. Os conteúdos de conhecimento oferecidos por ele não resultam tanto de um trabalho conceitual, quanto de uma experiência concreta que se configura espontaneamente em base a vivências precedentes a conhecimentos adquiridos. Esse consenso vai-se construindo, por obra do Espírito Santo, ao longo do tempo na vida da Igreja. Por isso, pode acontecer que em dado momento histórico uma verdade se apresente com total clareza a ponto de poder ser definida dogmaticamente. Foi-se tecendo nas entranhas da Igreja esse consenso em torno dela. Assim Pio XII pôde declarar o dogma da Assunção de Maria.

Todavia, o critério do Magistério por si só não basta. Em determinados casos, o magistério pode nunca pronunciar-se, ou só falar depois que se passaram muitos anos. Entretanto, os fiéis devem responder e reagir: esta ou aquela posição, afirmação, prática falseia ou desvia da revelação?

Além disso, o magistério é um critério que aponta para além de si mesmo. O Papa e os bispos em sua missão magisterial não constituem um critério supremo, mas são obrigados a aderir e submeter-se à revelação salvífica de Cristo. [Por isso o Papa não é o Faustão].

Para discernir entre a fé autêntica e a fé deturpada e falsificada, o “Papa” [a Igreja como um todo] recorre à **Sagrada Escritura** e à **Sagrada Tradição** (releia o tema “A relação entre Escritura e Tradição” do estudo anterior).

Os dogmas precisam ser interpretados. Para isso, pode-se recorrer à “**hierarquia de verdades**” que é um princípio para interpretar (não para selecionar) as verdades de fé segundo a sua proximidade do mistério central da fé: a revelação da Trindade trazida por Cristo, mediante a qual fomos salvos. Enunciado claramente pelo Concílio Vaticano II (UR 11), esse princípio tem precedentes bíblicos, particularmente quando o NT estabelece sinteticamente os pontos essenciais da fé (por ex., Rm 1,3-4; 1Cor 15,3-5).

Todas as verdades devem ser aceitas, é claro, mas o fato de classificar e interpretar estas verdades segundo a sua relativa importância pode eliminar falsos acentos e facilitar o diálogo ecumênico (cf. DS 3016).

Para interpretar a herança de fé, podemos lançar mão do **testemunho dos santos**. A vida dos santos é como que um comentário espiritual da Bíblia. “A interpretação da Sagrada Escritura ficaria incompleta se não se ouvisse também quem viveu verdadeiramente a Palavra de Deus, ou seja, os Santos. De fato, “*viva lectio est vita bonorum*” (A vida dos santos é a interpretação viva da Escritura). Realmente a interpretação mais profunda da Escritura provém precisamente daqueles que se deixaram plasmar pela Palavra de Deus, através da sua escuta, leitura e meditação assídua (...). Cada Santo constitui uma espécie de raio de luz que brota da Palavra de Deus (VD 48).

“Há uma relação estreita entre o testemunho da Escritura, como atestado que a Palavra de Deus dá de si mesma, e o testemunho de vida dos crentes. Um implica e conduz ao outro. O testemunho cristão comunica a Palavra atestada nas Escrituras. Por sua vez, as Escrituras explicam o testemunho que os cristãos são chamados a dar com a própria vida. Deste modo, aqueles que encontram testemunhas credíveis do Evangelho são levados a constatar a eficácia da Palavra de Deus naqueles que a acolhem” (VD 97).